



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
(98)3198-4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

## SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA -- DE --- DE 2013.

Nº ÚNICO: 0005302-50.2012.8.10.0029

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 036619/2014 – CAXIAS(MA)

1º APELANTE : Claudio dos Santos Sousa  
DEFENSOR PÚBLICO : Layson Lima Alves Gomes  
2º APELANTE : Giano Mayron Pereira Silva  
DEFENSOR PÚBLICO : Layson Lima Alves Gomes  
APELADO : Ministério Público Estadual  
INCIDÊNCIA PENAL : Art. 121, § 2º, III e IV, do CPB  
RELATOR : Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

ACÓRDÃO Nº \_\_\_\_\_

**Pretensão:** São dois recursos. Ambos visam, tão somente, a **redução da reprimenda** aplicada, ante o afastamento das circunstâncias judiciais consideradas desfavoráveis (conduta social e motivos do crime para Claudio dos Santos Sousa e conduta social e circunstâncias do crime para Giano Mayron Pereira da Silva).

**Parecer da PGJ:** Conhecimento e improvimento, por entender que “as penas-bases ora atacadas encontram-se fundamentada de forma razoável e válida, bem como proporcional e suficiente à reprovabilidade da conduta perpetrada pelos aludidos Apelantes, mostrando-se adequada para justificar a fixação das citadas penas nos patamares estabelecidos”.

**Voto:** Conhecimento e improvimento. A pena foi corretamente aplicada. As circunstâncias judiciais consideradas desfavoráveis possuem fundamentação idônea, baseada em elementos concretos. A conduta social encontra-se respaldada no depoimento de fls. 321, onde se verifica relatos dos comportamentos agressivos dos apelantes. Os motivos do crime, consistentes em uma dívida de R\$ 10,00, evidencia-se a par do próprio interrogatório em plenário do recorrente Cláudio. As circunstâncias do crime estão baseadas no fato de, durante a persecução criminal, restar constatado que o recorrente Giano deu início às agressões contra a vítima, lhe esfaqueando por diversas vezes, em várias partes do corpo, após ter adentrado em sua residência, de madrugada, fatores que não confundem com as qualificadoras reconhecidas pelo Conselho de Sentença (meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da vítima).

EMENTA. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO. APELAÇÕES CRIMINAIS. TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO DA DEFESA. PLEITO DE REDUÇÃO DA PENA-BASE. INVIABILIDADE. PENA DOSADA DE ACORDO COM OS PARÂMETROS LEGAIS. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS VALORADAS DE FORMA IDÔNEA. IMPROVIMENTO DOS APELOS.

1. Não merece reparos a reprimenda imposta pelo julgador que, ao proceder à sua individualização, examina, cautelosamente, todas as circunstâncias judiciais, pondera sobre a existência de agravante, para, ao fim e ao cabo, fixar, de modo justo e adequado, *quantum* proporcional, suficiente e necessário à prevenção e repressão do delito.
2. A existência de elementos concretos aptos a demonstrar que os recorrentes possuem comportamento agressivo perante as pessoas do seu convívio social justifica a exasperação da pena-base.

José Luiz Oliveira de Almeida  
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
(98)3198-4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

3. Se as razões que impulsionaram o réu a cometer o crime são reprocháveis, e não serviram para qualificar o crime, nada impede que sejam sopesadas na análise da circunstância judicial relativa aos motivos do crime.
4. As circunstâncias em que o crime foi praticado excedem o tipo penal, e emprestam à conduta do recorrente maior reprovabilidade.
5. Recursos de apelação improvidos.

**ACÓRDÃO** - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em negar provimento aos recursos interpostos, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores José Luiz Oliveira de Almeida (Presidente), José Bernardo Silva Rodrigues e Vicente de Paula Gomes de Castro. Presente pela Procuradoria Geral de Justiça a Dra. Regina Maria da Costa Leite.

São Luís(MA), -- de --- de 2014.

**DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida**

**PRESIDENTE/RELATOR**



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
(98)3198-4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 036619/2014 – CAXIAS (MA)**

**RELATÓRIO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida**

**(relator):** Versam os presentes autos sobre recursos de apelação, interpostos, individualmente, por Claudio dos Santos Sousa e Giano Mayronn Pereira Silva, através da Defensoria Pública Estadual, contra a sentença de fls. 338/343, que os condenou, igualmente, à pena de 18 (dezoito) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, III e IV, conforme julgamento do Conselho de Sentença.

Da denúncia de fls. 0/2 a 0/4, que imputou aos acusados, inicialmente, a conduta descrita no art. 157, § 3º, *in fine*, do Código Penal, colho o seguinte fragmento, *verbis*:

[...]

Segundo se depreende dos autos em epígrafe, Giano Mayronn Pereira Silva e Cláudio dos Santos Sousa, alcunhado de “Colinha”, em conluio subjetivo e pluralidade de ações, na madrugada de 07 para 08 de dezembro de 2012, arrombaram a porta dos fundos da residência da vítima Maria das Graças Evangelista, situada na Rua São José, Bairro Fazendinha, nesta cidade, e a invadiram, com intenção de subtraírem uma quantia em dinheiro, ocasião em que foram reconhecidos pela ofendida, instante em que o primeiro denunciado aplicou em Maria das Graças Evangelista diversos golpes de faca em suas costas, vindo a cair, tendo o segundo indigitado abusado sexualmente da vítima.

A ofendida veio a óbito e os denunciados acabaram saindo do imóvel sem quantia de dinheiro desejada.

Nos mencionados dia, hora e local, a vítima estava em sua casa sozinha, pois seu companheiro havia viajado. Por outro lado, os denunciados resolveram invadir a residência da ofendida para pegar um dinheiro dela. Lá chegando, encontraram a porta fechada, vindo a arrombá-la e invadiram o imóvel. Quando entraram a vítima estava dormindo em sua cama, sendo os indigitados passaram a procurar o dinheiro dela, instante em que Maria das Graças acordou e

José Luiz Oliveira de Almeida  
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
(98)3198-4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

reconheceu o segundo denunciado que estava em seu quarto, sendo  
surpreendida por golpes de faca em suas costas desferidas pelo primeiro  
indigitado, vindo a cair no chão.

Cláudio dos Santos Sousa ainda retirou a calcinha da vítima e abusou  
sexualmente dela

[...]

Auto de apresentação e apreensão, às fls. 13/14.

Fotos do local do crime e da vítima desfalecida, às fls. 29/30.

Certidões de antecedentes criminais, às fls. 46/47.

Decreto de prisão preventiva, às fls. 57/61.

Mandado de prisão preventiva, às fls. 63/64.

Recebimento da denúncia, às fls. 67.

Devidamente citados (fls. 77v.), os acusados ofertaram resposta à  
acusação, acostada às fls. 81/84.

Exame cadavérico, às fls. 97.

Na fase do *judicium accusationes*, foram inquiridas as testemunhas  
Dhernival Luiz da Silva (fls. 105), Fábio da Silva Alves (fls. 106), Antonia da Conceição  
Santos Mendes (fls. 107/108) e Fernanda Santos Sousa (fls. 109), todas arroladas pelo  
órgão ministerial. Na sequência, os denunciados foram interrogados (fls. 110/113).

Às fls. 120/121, o *Parquet* aditou a peça acusatória, para que os réus  
fossem pronunciados nas penas do art. 121, § 2º, III e IV, do Código Penal.

Em atenção à manifestação da defesa (fls. 129/130), procedeu-se a  
novo interrogatório dos acusados (fls. 153/157).

Apresentadas as postulações finais pelas partes, o magistrado da 2ª  
Vara da comarca de Caxias, às fls. 168/172, entendeu devesse pronunciar Giano Mayronn



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
(98)3198-4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

Pereira Silva e Cláudio dos Santos Sousa nas penas do art. 121, § 2º, IV, c/c art. 29, ambos do Código Penal, afastando, portanto, a incidência da qualificadora descrita no inciso III, do mesmo dispositivo.

Contra esta decisão, o Ministério Público Estadual interpôs recurso em sentido estrito, às fls. 177/181v., ao qual foi dado provimento, para incluir a qualificadora descrita no inciso III, do § 2º, do art. 121, do Código Penal (fls. 226/237).

Aberta a sessão do E. Tribunal do Júri (fls. 310), foram ouvidas as testemunhas Dhernival Luiz da Silva (fls. 318/319), Fábio da Silva Alves (fls. 320) e Antonia da Conceição Santos Mendes (fls. 321/322), arroladas pelo Ministério Público, e Washington Alves da Silva (fls. 323) e Maria Paula Mendonça (fls. 324), indicadas pela defesa. Seguiu-se aos interrogatórios dos réus (fls. 325/328).

Após a votação, por decisão do Conselho de Sentença, Claudio dos Santos Sousa e Giano Mayronn Pereira Silva foram condenados pela prática da conduta típica encartada no art. 121, § 2º, III e IV, do *Codex* Penal, tendo o Juiz Presidente lhes fixado, igualmente, a pena de 18(dezoito) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado (fls. 338/343).

Irresignados, Cláudio dos Santos Sousa e Giano Mayronn Pereira Silva insurgem-se, individualmente, com fulcro no art. 593, III, alíneas c, do Código de Processo Penal, em cujas razões, inclusas às fls. 353v./357v. e 360v./365, respectivamente, questionam a motivação apresentada pelo magistrado para fundamentar as circunstâncias judiciais negativas, para, ao fim e ao cabo, requerer a redução da pena-base ao patamar mínimo previsto para crime de homicídio qualificado.

Nas contrarrazões de fls. 369/377, o Ministério Público Estadual, através do seu representante legal, requereu o improvimento dos recursos.

No parecer de fls. 392/400, a Procuradora de Justiça Regina Maria da Costa Leite opina pelo conhecimento e improvimento dos apelos, por entender que “as



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
(98)3198-4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

**penas-bases ora atacadas encontram-se fundamentada de forma razoável e válida, bem como proporcional e suficiente à reprovabilidade da conduta perpetrada pelos aludidos Apelantes, mostrando-se adequada para justificar a fixação das citadas penas nos patamares estabelecidos, na forma como preconizam os artigos 59 c/c 68, ambos do Código Penal, e, ainda, o artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, conforme se pode constatar às fls. 340/343, dos presentes autos” (fls. 397/398).**

Requer, ao final, seja corrigida a autuação do presente processo, para fazer incluir o nome do apelante Giano Mayronn Pereira Silva.

É o relatório.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
(98)3198-4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

**Voto – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida (relator):**

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, conheço dos recursos.

Consta dos autos que Claudio dos Santos Sousa e Giano Mayronn Pereira Silva, submetidos a julgamento perante o E. Tribunal do Júri, foram condenados pela prática da conduta típica encartada no art. 121, § 2º, III e IV, igualmente, à pena de 18 (dezoito) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado (fls. 338/343).

Inconformada com o *decisum*, a Defensoria Pública Estadual interpôs os presentes apelos, e, através das razões de fls. 353v./357v. e 360v./365, pretende o afastamento de todas circunstâncias judiciais consideradas desfavoráveis, e, conseqüentemente, a redução das penas-base ao piso legal previsto para o crime.

Pois bem.

Como se vê, os recursos questionam, tão somente, a dosimetria das penas irrogadas aos réus, com arrimo, no art. 563, III, c, do Código de Processo Penal.

Relativamente ao acusado Cláudio dos Santos Sousa, requer a defesa o afastamento da valoração negativa das circunstâncias judiciais referente à conduta social e motivos do crime, e, da mesma forma, no que tange à conduta social e circunstâncias do crime quanto ao réu Giano Mayronn Pereira Silva.

De fato, o juiz presidente, *ex vi* do art. 59, do Código Penal, valorou negativamente as circunstâncias judiciais acima expendidas, cujo excerto da sentença trago à colação para melhor análise:

[...]

**I - CLAUDIO DOS SANTOS SOUSA**

Para a fixação da pena base, levando em consideração as diretrizes do artigo 59 do Código Penal, valoro as circunstâncias da seguinte forma:

- a) quanto à culpabilidade: normal à espécie;
- b) quanto aos antecedentes: o réu não possui maus antecedentes a serem considerados;

José Luiz Oliveira de Almeida  
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
(98)3198-4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

**c) quanto à conduta social: foi apontado que o réu possui conduta social reprovável, sendo considerado um transtorno por parte das pessoas de sua comunidade, respondendo ainda pela prática do crime de dano;**

d) quanto a personalidade do agente: nos autos não há elementos passíveis de  
avaliação;

**e) quanto aos motivos do crime, possuem grau de reprovabilidade superior ao constante do tipo penal, envolvendo a cobrança de uma dívida no valor de dez reais;**

f) quanto às circunstâncias, nada a se valorar;

g) quanto às consequências do crime não houve apuração na fase da instrução de nenhum fato que se sobreponha ao efeito nefasto típico do crime perpetrado;

h) quanto ao comportamento da vítima, nada há a se valorar;

Da apreciação das circunstâncias judiciais tenho que duas são desfavoráveis ao réu. Diante disto fixo a pena-base do réu CLAUDIO DOS SANTOS SOUSA em  
16 (dezesesseis) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Não há circunstâncias atenuantes.

Reconheço a agravante prevista no artigo 61, inciso II, alínea “h” do Código Penal, decorrente do fato da vítima possuir mais de sessenta e três anos de idade na data do crime, a qual aplico para agravar a pena a do réu CLAUDIO DOS SANTOS SOUSA para 18 (dezoito) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, a qual torno definitiva.

[...]

**II - GIANO MAYRONN PEREIRA SILVA**

Para a fixação da pena base, levando em consideração as diretrizes do artigo 59 do Código Penal, valoro as circunstâncias da seguinte forma:

i) quanto à culpabilidade: normal à espécie;

j) quanto aos antecedentes: o réu não possui maus antecedentes a serem  
considerados;

**k) quanto à conduta social: foi apontado que o réu possui conduta social reprovável, respondendo ainda pela prática do crime de furto qualificado;**

l) quanto a personalidade do agente: nos autos não há elementos passíveis de  
avaliação;

m) quanto aos motivos do crime, não há nos elementos para serem valorados;





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
(98)3198-4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

n) quanto às circunstâncias, são prejudiciais ao réu, visto que aderiu a empreitada criminosa do primeiro acusado, não hesitando em matar uma pessoa imotivadamente;

o) quanto às consequências do crime não houve apuração na fase da instrução de nenhum fato que se sobreponha ao efeito nefasto típico do crime perpetrado;

p) quanto ao comportamento da vítima, nada há a se valorar;

Da apreciação das circunstâncias judiciais tenho que duas são desfavoráveis ao réu. Diante disto fixo a pena-base do réu GIANO MAYRONN PEREIRA SILVA em 16 (dezesseis) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Não há circunstâncias atenuantes.

Reconheço a agravante prevista no artigo 61, inciso II, alínea "h" do Código Penal, decorrente do fato da vítima possuir mais de sessenta e três anos de idade na data do crime, a qual aplico para agravar a pena a do réu GIANO MAYRONN PEREIRA SILVA para 18 (dezoito) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, a qual torno definitiva.

[...]

(destacamos)

Pois bem.

Com relação à análise acima, não observei qualquer ilegalidade ou abuso de poder por parte do juiz presidente, vez que, para mim, as circunstâncias negativamente valoradas foram devidamente justificadas em elementos concretos, extraídos diretamente dos autos. Vejamos.

No que pertine à conduta social, aqui compreendida como o relacionamento do agente no meio em que vive, existem dados concretos que demonstram que os recorrentes possuem comportamento agressivo perante as pessoas do seu convívio social. Nesse sentido é o depoimento de Antônia da Conceição Santos Mendes, vice-presidente da associação de moradores, do qual apanho o seguinte fragmento (fls. 321), *verbis*:

[...] que confirma que BIGODÃO foi agredido a facadas por Giano em Outubro de 2012. Que a vítima já havia dito que percebeu pessoas rondando



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
(98)3198-4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

sua casa à noite. **Que em uma ocasião CLÁUDIO tentou matar seu pai.** Que o pai de CLÁUDIO procurou a promotoria. Que pai de CLÁUDIO procurou ajuda a depoente. **Que a depoente é vice-presidente da associação de moradores, e nesta função recebeu reclamações sobre CLAUDIO.** Que recebeu reclamações de que CLAUDIO andava mostrando as partes íntimas na rua. **Que no dia anterior ao crime CLAUDIO apareceu em seu comércio usando substância entorpecente, e armado com uma faca. [...]**  
(negritamos)

Desse modo, muito embora seja defeso ao magistrado majorar a pena-base pela existência de inquéritos policiais ou ações penais em curso, sob pena de violação à Súmula nº 444, do STJ<sup>1</sup>, entendo que, no caso em apreço, há outros fatos que foram levados em conta para considerar desfavorável esta circunstância judicial, os quais, desde o meu olhar servem, sim, para justificar uma maior censura.

Da mesma forma, no que tange aos motivos do crime, há elementos seguros e concretos nos autos a possibilitar a valoração negativa dessa circunstância judicial, pois, segundo restou esclarecido, o apelante Cláudio dos Santos Sousa praticou o delito impulsionado por uma dívida no valor de R\$ 10,00 (dez reais), que teria ido cobrar do marido da vítima, conforme consta do seu interrogatório em plenário, às fls. 326, bem como das declarações de Giano Mayron Pereira Silva, às fls. 328.

Nesse ponto, entendo que as razões que moveram o apelante Cláudio dos Santos Sousa são reprocháveis, e tendo em vista que não serviram para qualificar o crime, nada impede que sejam valorados na pena-base.

As circunstâncias do crime, no que se refere ao acusado Giano Mayron Pereira Silva, são desfavoráveis, visto que, de acordo com a hipótese reconhecida pelo Tribunal do Júri, ao aderir ao intento criminoso de Cláudio dos Santos Sousa, estes

<sup>1</sup> É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
(98)3198-4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

teriam, armados, ingressado na residência da vítima, de madrugada, enquanto esta dormia, onde lhe desferiram vários golpes de faca<sup>2</sup>.

Em conformidade com o apurado no caderno processual, o recorrente Giano Mayron Pereira da Silva foi o responsável por iniciar o ataque contra a ofendida, atingindo-a várias vezes<sup>3</sup>, em diversas partes do corpo, situação que, para mim, pesa em seu desfavor, e traduz-se em fundamento suficiente para a valoração negativa dessa circunstância judicial, eis que não se confundem com as qualificadoras reconhecidas pelo Conselho de Sentença<sup>4</sup>.

Assim, entendo que não merece reparos a reprimenda básica, motivo pela qual a mantenho no montante fixado pelo juízo de base, em 16 (dezesseis) anos de reclusão, sobre a qual incidiu a circunstância agravante descrita no art. 61, II, *h*, do Código Penal<sup>5</sup>, resultando em 18 (dezoito) anos de reclusão, para cada apelante, *quantum* que considero suficiente e necessário à prevenção e repressão do delito perpetrado.

Mantenho o regime prisional disposto no édito condenatório, em inicialmente fechado, em conformidade com as disposições do art. 33, § 2º, *a*, do Código Penal<sup>6</sup>.

Ante as considerações supra, conheço dos presentes recursos, para, de acordo com o parecer ministerial, negar-lhes provimento, mantendo-se incólume a decisão vergastada, em todos os seus termos.

Deve ser mantida a custódia cautelar do apelante, eis que devidamente fundamentada na sentença de primeiro grau (fls. 343).

---

<sup>2</sup> Causando-lhe as lesões descritas no exame cadavérico de fls. 97.

<sup>3</sup> Interrogatório de fls. 08.

<sup>4</sup> Meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

<sup>5</sup> “Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida”. Cumpre ressaltar que não houve insurgência da defesa contra a incidência dessa circunstâncias agravantes.

<sup>6</sup> “O condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado”.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
(98)3198-4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

Comunique-se o inteiro teor desta decisão aos familiares da vítima, em cumprimento ao disposto no art. 201, § 2º, do Código de Processo Penal.

Em tempo, defiro o pleito ministerial de fls. 400, para que seja retificada a autuação do presente processo, fazendo incluir o nome do apelante Giano Mayron Pereira Silva.

É como voto.

Sala das Sessões da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, -- de --- de 2014.

**DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida**

**RELATOR**